



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8422/2024
PROCESSO Nº 072/2024

EDITAL

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO/SP

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de concretagem do piso da área externa e instalação hidrossanitária da Associação 4 Patas.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TORNA-SE PÚBLICO QUE O MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO/SP, Estado de São Paulo, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Avenida Jonas Alves de Melo, nº 1947 - Jardim Alvorada, nesta cidade, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/> "Acesso Identificado", cujas informações poderão ser obtidas no e-mail: licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br objetivando a contratação descrita no termo de referência, deste Edital, observadas as disposições pertinentes da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e do Decreto Municipal nº 6365, de 18 de janeiro 2024 1** (legislacaodigital.com.br) , e demais legislações aplicáveis, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

HORÁRIO: 09H 00MIN 00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 08H59MIN, DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Concretagem do Piso da área externa e Instalação Hidrossanitária da Associação 4 Patas, situada na Rua Pará - Jardim Paraíso-Pereira Barreto/SP, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "a)", da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

1.3. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/> no dia **25 de novembro de 2024, às 9h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 8h59min deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1.5. As licitantes deverão verificar atentamente o termo de referência, os projetos, memoriais e planilhas, e em caso de dúvidas, solicitar esclarecimentos no prazo previsto no Edital, pois, os projetos, memoriais e planilhas deverão ser estritamente observados durante a execução da obra, não podendo a CONTRATADA executar serviços em desacordo com os projetos, memoriais e planilhas, sob pena de ser compelida a desfazer o serviço e refazer em conformidade com os projetos, memoriais e planilhas, estando sujeita à aplicação de penalidades.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/> e licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

Avenida Coronel Jonas Alves de Mello, 1.947 – Fone: (0xx18) 3704-8500 – Ramal 203-204 Fax (0xx18) 3704-4270
CEP. 15.370 - 000 – Estância Turística de Pereira Barreto/SP – CNPJ – 44.446.904/0001-10



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o momento que antecede a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até o momento que antecede a abertura da Sessão Pública.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. O descumprimento das regras pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).**
- 5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com a Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.17.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.17.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

5.17.5.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.6.2. empresas brasileiras;

5.17.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

5.18.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser anexados na plataforma, através do link enviado pelo Agente de Contratação ou através do chat (quando for o caso), escaneados os originais devidamente assinados, ou assinados digitalmente em PDF. Os documentos deverão estar perfeitamente legíveis, dos quais deverão ser enviados no prazo máximo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do pregoeiro via sistema.

5.18.6. É facultado a Comissão prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18.7. O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, durante a sessão, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

5.18.8. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

5.19. Após a negociação do preço, a Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi- integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Para fins de habilitação econômico-financeira a contratada deverá apresentar apenas a certidão negativa de falência expedida pelo órgão distribuidor da sua sede.

7.1.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

7.2. A Comissão verificará quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>).

7.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

7.2.2. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação, ou encaminhar, quando solicitado pela contratante, a respectiva documentação atualizada.

7.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.3. Habilitação Jurídica:

7.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

7.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

7.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. Qualificação Técnica:

7.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

7.4.2. Apresentação de atestados de capacidade técnica referentes às parcelas de maior relevância, conforme tabela abaixo: (Art. 67, § 1º, Lei nº 14.133/2021);

Item: 2.6. Cimento desempenado e alisado (queimado);

7.4.3. Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar a execução mínima de 50% (cinquenta por cento) de cada parcela de maior relevância constante da tabela anterior. (Art. 67, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

7.4.4. Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

7.5. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

7.5.1. No caso de pessoa física: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

7.5.2. No caso de pessoa jurídica: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.5.3. Prova de inscrição no cadastro de **CONTRIBUINTE ESTADUAL** e/ou **MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.5.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação da Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

7.5.5. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

7.5.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.5.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.5.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.5.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

7.5.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou outro meio previsto em lei.

7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados através do telefone (18) 3704.8571, – Setor de Engenharia em até 1 (um) dia de antecedência da data prevista para realização da sessão pública.

7.10.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sistema Fiorilli, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Fiorilli e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14. A verificação no Sistema Fiorilli ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

8. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. **No ato da assinatura do contrato, a empresa licitante vencedora se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.**

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

9.2 O Serviço de fiscalização será de responsabilidade dos servidores Sr. Kiyoshi Madokoro matrícula nº 6599-1 e Sr. Hiroiti Goto matrícula 5576-1, sob a Gestão de Contratos do Sr. Paulo César Rodrigues dos Santos, matrícula nº 3220-1 e deverá ser comunicado ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Não se aplica devido o objeto da licitação.

11. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1. Conforme o disposto na Cláusula 12ª da Minuta de Contrato.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

12.1. Conforme o disposto na Cláusula 14ª da Minuta do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações da Prefeitura de Pereira Barreto e no sítio eletrônico <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.2 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.3 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV) ou deixar de apresentar amostra;
- V) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- IX) fraudar a licitação;

14.4 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- IV) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.5 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I) advertência;
- II) multa;
- III) impedimento de licitar e contratar e
- IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

14.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I) a natureza e a gravidade da infração cometida;

II) as peculiaridades do caso concreto;

III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV) os danos que dela provierem para a Administração Pública

V) recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da comunicação oficial;

VI) Para as infrações previstas nos incisos I, II e III e IV do subitem 12.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

VII) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

VIII) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

IX) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II e III, do subitem 12.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

X) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos IV, V, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III, do subitem 12.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156 §5º da Lei n.º 14.133/2021

XI) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

XII) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

XIII) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

XIV) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

XV) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

XVI) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: envio por e-mail para licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br, através da plataforma eletrônica de realização do certame ou através de protocolo físico junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Jonas Alves de Melo nº 1947 – Jardim Alvorada, nesta Cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DOS RECURSOS, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

02.15	SECRETARIA MUN. DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
02.15.01	DEPART. DE CONTROLE E MANT. BENS PÚBLICOS
15	Urbanismo
15.451.0014	Obras Públicas - Infra Estrutura
15.451.0014.1072.0000	<u>Construção, Reforma e Ampliação Bens Públicos</u>
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES
0.01.00	TESOURO
CÓD. DE APLICAÇÃO	110.000 GERAL
FICHA	758

16.2. As condições de pagamento são as estabelecidas na Cláusula 7ª da Minuta do Termo de Contrato.

16.3 Caso haja necessidade de reajuste após o decurso de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, será adotado o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo."

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico licitacao@pereira-barreto.sp.gov.br.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 17.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 17.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial
- 17.11.3. ANEXO III - Planilha Orçamentária
- 17.11.4. ANEXO IV - Memorial Descritivo
- 17.11.5. ANEXO V - Declaração de documentos à disposição do TCE-SP;
- 17.11.6. ANEXO VI - Item de Maior Relevância
- 17.11.7. ANEXO VII - Declaração Unificada;
- 17.11.8. ANEXO VIII - Minuta de Termo de Contrato;
- 17.11.9. ANEXO IX - Termo de Ciência e Notificação;
- 17.11.10. ANEXO X - Estudo Técnico Preliminar;
- 17.11.11. ANEXO XI - Documento de Formalização de Demanda;
- 17.11.12. ANEXO XII - Característica da Obra;
- 17.11.13. ANEXO XIII - Mapa de Risco;
- 17.11.14. ANEXO XIV - Composição do BDI;
- 17.11.15. ANEXO XV - Cronograma Físico-Financeiro;
- 17.11.16. ANEXO XVI - Projeto Hidráulico;
- 17.11.17. ANEXO XVII - Projeto Piso em Concreto;
- 17.11.18. ANEXO XVIII - Normas Internas de Seg. do Trabalho.

Pereira Barreto - SP, 5 de novembro de 2024.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito

Anexo I

Termo de Referência



TERMO DE REFERÊNCIA

I. Finalidade:

Contratação de Empresa especializada em serviços de construção civil para prestação de serviços com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para concretagem do piso da área externa e instalação hidrossanitária da Associação 4 patas, situada na Rua Pará – Jardim Paraíso – Pereira Barreto - SP:

II. Objeto:

Concretagem de piso e instalação hidrossanitária.

III. Locais:

Associação 4 Patas, Rua Pará, Jardim Paraíso, na cidade de Pereira Barreto – SP.

IV. Descrição dos Serviços:

1) Considerações iniciais:

O regime de contratação da obra é o de empreitada global, o quantitativo e preço dos serviços descritos na planilha são meramente referenciais para se chegar ao valor aproximado do objeto e não para a execução da obra, que deve seguir o memorial descritivo e as normas técnicas em vigor.

A remuneração será feita após a conclusão e aceitação dos serviços baseada no parecer dos ensaios tecnológicos pertinentes, conforme as etapas a seguir e seus respectivos percentuais aplicados sobre o valor total e certo contratado.

Não podem ser feitas medições parciais das etapas.

2) Disposições gerais:

A empresa contratada deverá ser responsável pela qualidade final dos serviços, fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos funcionários, recolher leis sociais referentes aos funcionários que trabalharem na mesma, e possuir responsável técnico pela EXECUÇÃO com fornecimento de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

Todos os materiais de acabamentos necessários para a obra deverão ter concordância e aprovação do engenheiro responsável pela fiscalização da obra, que terá anuência do Departamento de Engenharia do município, antes da sua utilização.

V. Dos Prazos:

O prazo para a execução será de **120 (cento e vinte)** dias corridos, contados a partir da expedição da ordem de serviços, podendo ser renovado por igual período desde aprovado pela Secretaria de Obras e de acordo com as justificativas a ser apresentada.

VI. Medição dos serviços:

A medição dos serviços será feita em **4 (quatro) parcelas** em conjunto com o engenheiro responsável pela execução e o Engenheiro(a) Fiscal, na qual será apurado o serviço concluído no período.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-042 – Pereira Barreto – SP
CNPJ 44.446.904/0001-10

A empresa formalizará processo contendo ofício à Secretaria de Obras solicitando a aceitação e pagamento dos serviços executados, o referido ofício deverá vir acompanhado dos seguintes documentos como segue:

Anotação de responsabilidade Técnica do responsável técnico pela execução dos serviços (Caso não tenha entregue na assinatura do contrato)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANDO ENCAMINHAR
01	Ofício e/ou requerimento de encaminhamento e solicitação de pagamento dos serviços executados, encaminhado à Secretaria de Obras e Serviços municipais	EM TODAS MEDIÇÕES
02	Planilha dos serviços executados a pagar na medição, assinada pelo empreiteiro em todas as folhas	EM TODAS MEDIÇÕES
03	Nota Fiscal (original), atestada pela fiscalização, contendo: CNPJ, Nº Processo, Nº do Contrato, Nº do convenio (se for o caso), discriminação recolhimento INSS; discriminação recolhimento ISS.e discriminação recolhimento IR (se for o caso) OBS: Consultar o Setor de Tributação referente às alíquotas do referidos impostos e tributos)	EM TODAS MEDIÇÕES
04	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união	EM TODAS MEDIÇÕES
05	MEDIÇÃO DE CADA ETAPA DO CRONOGRAMA	EM TODAS MEDIÇÕES
06	Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da empresa contratada (execução da obra)	EM TODAS MEDIÇÕES

VII. Qualificação técnica:

Art. 67 da Lei 14133/21 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- ❖ Certidão de Registro da empresa, constando o(s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA e/ou CAU;
- ❖ Um atestado, podendo ser juntado mais de um, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível em características indicadas nos itens de maior relevância, e/ou serviços correlatos.
- ❖ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- ❖ A Comprovação do vínculo jurídico do profissional relacionado neste subitem será efetuada mediante cópia do contrato de trabalho com a empresa ou ficha de empregado da empresa ou registro do empregado; ata de eleição de diretoria ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, com validade na data da licitação; ou pela certidão de registro junto ao CREA com validade na data da licitação; bem como por qualquer outro contrato ou instrumento jurídico considerado idôneo para demonstrar o vínculo profissional, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da Lei 14.133/21 e Súmula nº 25 do TECSP;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-042 – Pereira Barreto – SP
CNPJ 44.446.904/0001-10

- ❖ Poderá ser apresentado um único atestado, em atendimento as alíneas “ b ” e “ c ” deste subitem, desde que no mesmo atestado conste como responsável e contratada, a licitante participante e o responsável técnico indicado pela mesma.

VIII. Visita Técnica:
- Não será obrigatória.

IX. Obrigação da contratada:

É de responsabilidade da contratada escolher e contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida para a execução dos serviços em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

A contratada é responsável pelo transporte e alimentação dos seus empregados.

A contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Os funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Reguladoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente com crachá de identificação.

A contratada é responsável perante a Prefeitura, por todos os atos de seus subordinados durante a execução dos serviços, devendo afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação escrita, qualquer de seus empregados cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela Prefeitura, correndo por conta única e exclusiva da contratada, quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer.

Os empregados eventualmente afastados deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica.

A contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

A contratada deverá recompor os danos causados a estrutura devido à extração de corpos de provas abertura de janelas de inspeção ou de outras necessidades.

Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição de determinação.

X. Observações:

A empresa deverá garantir seus serviços por prazo não inferior a 5 anos, devendo ser refeitos as suas expensas os trechos que por ventura apresentem qualquer deficiência.

A Secretaria de Obras exercerá a fiscalização necessária durante a execução dos serviços, o que não exime a Empresa da responsabilidade pela execução dos serviços ou danos dele advindos.

XI. Validade do Contrato:

O contrato terá validade de **6 meses** podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes.

Estância Turística De Pereira Barreto/SP, 11 de julho de 2024.

HIROITI GOTO
ENGENHEIRO CIVIL - CREA - 0601818029

Anexo II

Modelo de Proposta Comercial

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA
(Preenchida em papel timbrado da proponente)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8422/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 016/2024

Razão Social da Licitante:

CNPJ/MF:

Endereço completo:

Tel./Fax:

E-mail:

Dados Bancários: Banco agência: C/C:

Dados do Representante legal da licitante para possível assinatura do Contrato

Nome:

Cargo/função:

CPF/MF: RG nº Expedido por: _____

Data de Nascimento: ____/____/19.

End. Completo:

E-mail institucional:

E-mail particular:

Tel. ()

Item	Descrição	Un.	Valor
01	Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Concretagem do Piso da área externa da Associação 4 Patas, situada na Rua Pará - Jardim Paraíso-Pereira Barreto/SP, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$

Validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura do envelope proposta.

Local e data / /2024.

Nome e assinatura

CPF:Carimbo da Empresa:

Apresentar a proposta financeira (Planilha orçamentaria e cronograma) de acordo com os termos do Edital.

Anexo III

Planilha Orçamentária



Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Cel. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-000
Tel. (18)3704-8500

PLANILHA ORÇAMENTARIA

Obra: ASSOCIAÇÃO - CONCRETAGEM PISO DA ÁREA EXTERNA

Local: RUA PARÁ, S/N, Jardim Paraíso, Pereira Barreto - SP

Data: 1 abril, 2024

Fonte: CDHU 193 (sem desoneração) / SINAP - REF: FEV/2024

BDI: 15,00%

Fonte	Código	Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quanti.	Valor Unit	TOTAL
SERVIÇOS PRELIMINARES							
CDHU	02.08.050	1.0	Placa em lona com impressão digital e estrutura em madeira	M2	6,00	190,45	1.142,70
			Sub Total				1.142,70
PISO EXTERNO EM CONCRETO							
CDHU	03.01.020	2.1	Demolição manual de concreto simples	M3	1,05	223,96	235,15
CDHU	06.11.020	2.2	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	269,00	8,75	2.353,75
CDHU	54.01.010	2.3	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	538,00	3,66	1.969,08
CDHU	11.04.020	2.4	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	27,14	368,03	9.988,33
CDHU	11.16.020	2.5	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	27,14	85,87	2.330,51
CDHU	17.03.040	2.6	Cimentado desempenado e alisado (queimado)	M2	538,00	38,90	20.928,20
			Sub Total				37.805,02
TANQUE PARA BANHO DE ANIMAIS							
CDHU	03.01.020	3.1	Demolição manual de concreto simples	M3	0,20	223,96	44,79
CDHU	14.04.220	3.2	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	M2	7,60	95,09	722,68
CDHU	17.02.020	3.3	Chapisco	M2	15,20	7,01	106,55
CDHU	17.02.120	3.4	Emboço comum	M2	15,20	22,76	345,95
CDHU	11.04.020	3.5	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	0,14	368,03	51,52
CDHU	11.16.020	3.6	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	0,14	85,87	12,02
CDHU	18.11.052	3.7	Revestimento em placa cerâmica esmaltada, tipo monoporosa, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	9,80	85,72	840,05
CDHU	44.03.400	3.8	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	2,00	55,28	110,56
			Sub Total				2.234,12
HIDRÁULICA							
CDHU	46.01.020	4.1	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	75,00	31,20	2.340,00
CDHU	46.02.050	4.2	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	6,00	45,14	270,84
CDHU	46.02.070	4.3	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	53,20	78,01	4.150,13

SINAPI	102989	4.4	CANAleta MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	M	39,00	41,21	1.607,19
CDHU	49.06.170	4.5	Grelha em alumínio fundido para caixas e canaletas - linha comercial	M2	7,80	1.331,78	10.387,88
CDHU	49.01.070	4.6	Caixa sifonada de PVC rígido de 250 x 230 x 75 mm, com tampa cega	UN	2,00	150,17	300,34
CDHU	44.03.400	4.7	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	3,00	55,28	165,84
			Sub Total				19.222,22
		5.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
CDHU	05.07.040	5.1	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	4,00	106,90	427,60
			Sub Total				427,60
			TOTAL GERAL:				60.831,66
			BDI:				9.124,75
			TOTAL GERAL COM BDI:				69.956,41

Anexo IV

Memorial

Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO

CONCRETAGEM DO PISO DA AREA EXTERNA DA ASSOCIAÇÃO 4 PATAS, SITUADO NA RUA PARÁ - JARDIM PARAISO - PEREIRA BARRETO - SP.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

As especificações técnicas visam a estabelecer as condições gerais para concretagem do piso da área externa e instalação hidrossanitário. A referida obra deverá ser executada de acordo com as Especificações Técnicas e Normas de Execução de Serviços determinadas pela ABNT. As modificações que possa haver no decorrer da obra serão acertadas e discutidas entre as partes. Pequenos serviços não relacionados nestas especificações, mas que o bom senso e a boa técnica recomendam sua execução deverá ser realizado.

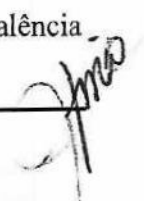
2. MATERIAIS

Todos os materiais necessários serão fornecidos pela CONTRATADA. Deverão ser de primeira qualidade e obedecer às normas técnicas específicas. As marcas citadas nestas especificações constituem apenas referência, admitindo-se outras previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO.

A utilização dos materiais se fará somente após a respectiva aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO que, a seu critério e em razão de conhecimento, experiência e bom senso poderão impugná-los sempre que forem julgados em desacordo com as características do projeto ou com as Normas Técnicas Brasileiras.

2.1. Condições de similaridade

Os materiais especificados poderão ser substituídos, mediante consulta prévia à FISCALIZAÇÃO, por outros similares, desde que possuam as seguintes condições de similaridade em relação ao substituído: qualidade reconhecida ou testada equivalência





As despesas com combustíveis e lubrificantes, material de limpeza, material de expediente, medicamentos de emergência, contas com as concessionárias de serviços públicos relativas a esta obra e todos os recursos indiretos necessários à execução dos

uniformizados (nome da firma no uniforme) e identificados.

Todos os profissionais que participarem da execução da obra deverão estar administrado do canteiro de obras.

execução de suas tarefas ou desde que apresente hábitos nocivos e prejudiciais à profissional participante da obra, desde que seja constatada a sua desqualificação para a A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA, a substituição de qualquer A CONTRATADA deverá indicar os seus representantes para fins de contato e

inteira responsabilidade da CONTRATADA.

O controle e a guarda de todo material estocado no canteiro de obras é de

referentes aos serviços em execução.

habilitados a tomar decisões e prestar todas as informações que forem solicitadas INTEGRAL, no mínimo, um Mestre de Obras e um Engenheiro a qualquer solicitação, Durante a execução da obra, deverão ser mantidos no canteiro, EM TEMPO

obra.

vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da Cabem à CONTRATADA as despesas relativas às leis sociais, seguros,

execução dos diversos serviços.

A CONTRATADA deverá empregar somente mão-de-obra qualificada na

3. MÃO-DE-OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

preço.

técnica (tipo, função, resistência, estética e apresentação) e mesma ordem de grandeza de

serviços (como torres de guinchos, elevadores, andaimes, telas de proteção, bandejas salva-vidas, maquinário, equipamentos e ferramentas) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Todas as máquinas e materiais utilizados deverão estar com os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, assim como todos os profissionais que participarem da execução da obra deverão estar utilizando os equipamentos de proteção individual previstos.

A CONTRATADA deverá providenciar a matrícula da obra no INSS, nos termos da legislação em vigor, e se obriga a fornecer, no início da obra, os documentos comprobatórios.

A CONTRATADA se obriga a fornecer a relação de pessoal e a respectiva guia de recolhimento das obrigações com o INSS.

4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA

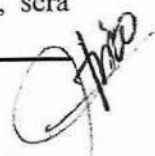
A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART referentes à execução da obra e deverá ser mantida no local dos serviços.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com as especificações e os demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos ditos trabalhos.

Com relação ao disposto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, entende-se que o prazo de 05 (cinco) anos, nele referido, é de garantia dos serviços executados.

5. DIVERGÊNCIAS

Em caso de divergência, salvo quando houver acordo entre as partes, será





A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, com todas as

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No piso externo, primeiramente, executar-se-á o aterro, com material existente ou importado, incluindo o apiloamento em camadas de 20cm para que seja feito a devida regularização, com compactação mecânica, e por fim realizar a concretagem do contrapiso com espessura de 5cm. O piso da área externa deverá ser em concreto despenado e alisado mecanicamente, já na calçada deverá ser despenado manualmente.

7.1. Concreto

7. PISO EXTERNO EM CONCRETO

A CONTRATANTE deverá fornecer e instalar a placa. A placa deverá ser instalada em posição de destaque no canteiro de obras, devendo a sua localização ser, previamente, aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

6. PLACA DA OBRA

Todos os detalhes e serviços constantes dos desenhos e não mencionados nestas especificações técnicas, assim como os serviços aqui mencionados e não constantes dos desenhos, serão interpretados como parte dos projetos.

- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os mais antigos.
 - Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala.
 - As cotas dos desenhos prevalecem sobre suas dimensões, medidas em escala;
 - As normas da ABNT prevalecem sobre estas especificações técnicas e estas, sobre os projetos e caderno de encargos;
- adotada a seguinte prevalência:

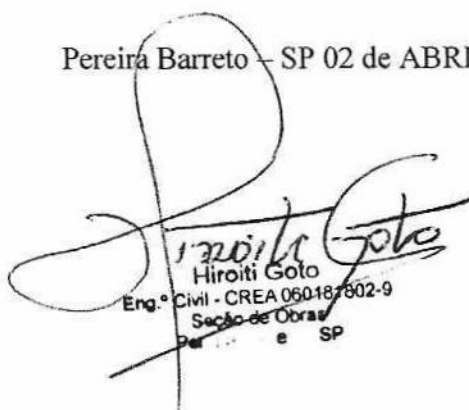
instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testados.

Todos os arruamentos e áreas envolvidos pela obra serão entregues totalmente limpos e isentos de entulho.

Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO. Será, então, firmado o Termo de Entrega Provisória, de acordo com o Art. 73, inciso I, alínea a, da Lei Nº 14133, de 01 abril de 21 (atualizada pela Lei Nº 8.883, de 08 Jun 94), onde deverão constar todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria.

Todas as imperfeições decorrentes da obra - por exemplo: áreas cimentadas, áreas verdes, redes de energia, redes hidráulicas - deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

Pereira Barreto - SP 02 de ABRIL de 2024.



Hiroiti Goto
Eng.º Civil - CREA 060187802-9
Seção de Obras
Per. e SP

Anexo V

Declaração **TCE-SP**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente a prestação de serviços de assessoria e consultoria, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: _____

(nome, cargo, e-mail e assinatura)

Anexo VI

Item de Maior Relevância



Pereira Barreto / SP, 11 de julho de 2024.

Ao
Setor de Licitação
Estância Turística de Pereira Barreto/SP.

Assunto: Item de maior relevância.

Informamos que a obra **CONCRETAGEM DO PISO DA ÁREA EXTERNA DA ASSOCIAÇÃO 4 PATAS, SITUADO NA RUA PARÁ – JARDIM PARAÍSO – PEREIRA BARRETO – SP** tem como item de maior relevância:

2.6. Cimento desempenado e alisado (queimado).

Sem mais para o momento, reiteramos votos de elevada estima e distinta consideração.

Hiroiti Goto
Engenheiro Civil
CREA: 0601818029

Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Cel. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-000
Tel. (18)3704-8500

Anexo VII

Declaração **Unificada**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8422/2024.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0722024.

ANEXO VII **DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido na **Concorrência nº. _____ / 2024 DECLARA** que:

- a) que atende às exigências do edital quanto aos **requisitos de habilitação** (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- b) não outorga **trabalho noturno**, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;
- c) possui **aptidão financeira para a execução do contrato** e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento de eventuais direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) atende às **normas relativas à saúde e segurança do trabalho** (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;
- e) inexistente qualquer **fato impeditivo** à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- f) não possui empregados executando **trabalho degradante** ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
- g) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- h) Declaração de que o licitante tomou **conhecimento de todas as informações** e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

i) para o caso de empresas em **recuperação judicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

j) para o caso de empresas em **recuperação extrajudicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

k) Declaração de que o licitante **cumpe com os requisitos para habilitação** desta licitação.

l) Declaração de que o licitante não está cumprindo sanção por **inidoneidade**, aplicada por qualquer órgão público ou entidade de esfera federal, estadual ou municipal.

m) Que cumpre a determinação de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____
CPF nº. _____ CARGO / FUNÇÃO: ____

Anexo VIII

Minuta de Termo de Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8422/2024.**

ANEXO VIII - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ---/2024, QUE
FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE PEREIRA
BARRETO/SP, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO/SP**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.446.904/0001-10, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Jonas Alves de Melo, nº 1947, Jardim Alvorada - CEP 15.370-042, na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **João de Altayr Domingues**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por....., conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 018/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 08919/2024 – Concorrência Eletrônica nº 014/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a execução da obra de Construção de Canil - Associação de Bem-Estar e Defesa Animal, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos, e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos., com fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, carga/descarga de matérias, EPI's necessários à execução dos serviços, nos Termos e nas condições estabelecidas no Edital.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Edital da Licitação e seus anexos;
- 1.1.2. A Proposta do contratado;
- 1.1.3. Memorial Descritivo, Cronograma Físico, Mapa de risco;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.1.5. O regime de execução é o de empreitada por preço global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da Legislação vigente.
- 2.2. **O prazo para a execução dos serviços será de 4 (quatro) meses.**
- 2.3. O início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias contados da ordem de serviços.
- 2.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Cronograma Físico-Financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ ()
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1- O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

6.2 - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

6.3. O Serviço de fiscalização será de responsabilidade dos servidores Sr. Kiyoshi Madokoro matrícula nº 6599-1 e Sr. Hiroiti Goto matrícula 5576-1, sob a Gestão de Contratos do Sr. Paulo César Rodrigues dos Santos, matrícula nº 3220-1 e deverá ser comunicado ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Cronograma Físico-Financeiro.

7.2. O pagamento será efetuado em etapas mensais, de acordo com o andamento da obra, comprovado através das medições realizada pelo Setor de Obras, desta Prefeitura, as quais serão assinadas pelos seus responsáveis, sendo reconhecidos os serviços como efetivamente executados.

7.3. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularização de toda documentação exigida na fase de habilitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1 - A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Olanilha Orçamentária e nos documentos técnicos;

9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Cronograma Físico-Financeiro;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.10. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço.

9.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

10.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital, em plena validade.

10.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.36.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

10.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

10.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
 - (2) compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

14.1. Finalizada a obra e os serviços, estando em conformidade com o Contrato e com o projeto, será emitida a respectiva Certidão de Conclusão de Obra e o seu objeto será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante a Certidão de Conclusão de Obra, assinado pelas partes, tendo o MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO, o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da expedição da Certidão de Conclusão de Obra, para lavrar o Termo de Recebimento Provisório.

14.1.2. A Certidão de Conclusão de Obra somente será lavrada se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos após vistoria efetuada pelo Fiscal da obra do MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO, conforme designado e, quando em contrário, será lavrado Termo de Não Recebimento, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a CONTRATADA, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

14.2. Definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, ou pela fiscalização nomeada pelo Município de Pereira Barreto, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no inciso I, art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.2.1. O Recebimento Definitivo será realizado após a apresentação, pela CONTRATADA da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais ou documento equivalente que comprove a regularidade, ressalvados os casos previstos, em que a CONTRATADA deverá apresentar a GFIP específica, conforme Instruções Normativas do INSS, acompanhada do comprovante de recolhimento do valor devido para o INSS.

14.3. Qualquer falha na execução do contrato deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, estando sujeita ainda às penalidades indicadas no contrato.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

14.5. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, o objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (§ 6º art. 140 da Lei Federal 14.133/21), sendo que a contratada responderá pela solidez e segurança da obra e dos materiais empregados pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato, conforme art. 618 da Lei Federal n.º 10406/2002 (Código Civil).

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

15.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal:

02	EXECUTIVO
02.15	SECRETARIA MUN. DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
02.15.01	DEPART. DE CONTROLE E MANT. BENS PÚBLICOS
15	Urbanismo
15.451.0014	Obras Públicas - Infra Estrutura
<u>15.451.0014.1072.0000</u>	<u>Construção, Reforma e Ampliação Bens Públicos</u>
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES
0.01.00	TESOURO
CÓD. DE APLICAÇÃO	110.000 GERAL
FICHA	758

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pereira Barreto - Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pereira Barreto - SP, -- de-- de 2024.

João de Altayr Domingues
Prefeito

Fiscal de Contrato:

Testemunhas:

Anexo IX

Termo de Ciência e Notificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84229/2024.**

ANEXO IX TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

Anexo X

Estudo Técnico **Preliminar**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE CONCRETAGEM DO PISO DA ÁREA EXTERNA DA ASSOCIAÇÃO 4 PATAS.

DO(A): SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

(CAMPO 1) (DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO A PARTIR DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO): Trata-se da obra para execução de Concretagem do piso da área externa da Associação 4 patas, situado na Rua Pará – Jardim Paraíso – Pereira Barreto – SP, com a finalidade de proporcionar maior resistência, durabilidade e segurança para a área, inibindo complicações, como o intemperismo.

(CAMPO 2) (CONSTA DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL? CASO NÃO CONSTE, JUSTIFICAR): Não. Findada a obra não é necessária a contratação anual para a execução dela. Não está prevista no Plano de Contratações do ano de 2024, haja a vista que o mesmo não foi idealizado pela Administração Municipal.

(CAMPO 3) (HÁ REQUISITO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO? HAVENDO, INDICAR): Não há necessidade de contratação especial, uma vez que se trata de uma obra convencional.

(CAMPO 4) (DESCRIÇÃO DE QUANTIDADES, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA):

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.
1.0	SERVIÇOS PRLIMINARES		
1.1	Placa em lona com impressão digital e estrutura em madeira	M2	6,00
2.0	PISO EXTERNO EM CONCRETO		
2.1	Demolição manual de concreto simples	M3	1,05
2.2	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	269,00
2.3	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M3	538,00
2.4	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	27,14
2.5	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	27,14
2.6	Cimentado desempenado e alisado (queimado)	M2	538,00
3.	TANQUE PARA BANHO DE ANIMAIS		



3.1	Demolição manual de concreto simples	M3	0,20
3.2	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	M2	7,60
3.3	Chapisco	M2	15,20
3.4	Emboço comum	M2	15,20
3.5	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	0,14
3.6	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	0,14
3.7	Revestimento em placa cerâmica esmaltada, tipo monoporosa, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	9,80
3.8	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	2,00
4.0	HIDRAULICA		
4.1	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	75,00
4.2	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borrracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	6,00
4.3	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borrracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	53,20
4.4	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	M	39,00
4.5	Grelha em alumínio fundido para caixas e canalas - linha comercial	M2	7,80
4.6	Caixa sifonada de PVC rígido de 250 x 230 x 75 mm, com tampa cega	UN	2,00
4.7	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	3,00
5.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
5.1	Remoção de entulho separado de obra com cagamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	4,00

(CAMPO 5) (POSSÍVEIS ALTERNATIVAS DE MERCADO E INDICAÇÃO DA (CAMPO 1) JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Após comparação entre as soluções encontradas no mercado como segue: - Tabela de referência CDHU 193 - sem desoneração; - Composições SINAPI 02/2024 - sem desoneração; - Sicro II - sem desoneração; - Tabelas Oficiais. As alternativas adotadas e vantajosas para a Administração foram as tabelas referencial CDHU 193 - sem desoneração e Composições SINAPI 02/2024 - sem desoneração; sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência para execução, conforme planilha orgamentária proposta no projeto básico.

Como justificativa do uso dessas tabelas oficiais, pode-se consultar o Decreto nº 34.608, de 31 de janeiro de 1992, que dispõe sobre "a execução de serviços técnicos especializados relacionados com as finalidades da Companhia Paulista de Obras e Serviços-CPOS e de obras públicas do Estado de São Paulo e dá outras providências". O Decreto Nº 64.646, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre "o desempenho de atividades da empresa em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

extinção que especifica.”. O Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, que “estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.”.

E há o livro por parte da Caixa Econômica Federal, que pode ser referenciado como: SINAPI: Metodologias e Conceitos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal. – 9ª Ed. – Brasília: CAIXA, 2023; que serve como manual de metodologias e conceitos; Esse livro ainda esclarece que o art 3º. do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013 estabelece que “o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil”. “Assim, o SINAPI é um dos sistemas de referência de custos que deve ser adotado pelos orçamentistas para se obter os custos de referência que subsidiam a elaboração do orçamento de referência para obras com recursos públicos.”. E o art 5º. do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013 estabelece que “as referências de custos não necessariamente devem ficar restritas ao SINAPI e SICRO, podendo ser desenvolvidos novos sistemas de referência de custos, desde que sejam incorporados às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do SINAPI e SICRO.”. E ainda “A definição dos custos dos orçamentos de obras públicas, como indicado no art. 6º para o caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, poderá ser SINAPI Metodologias e Conceitos 22 apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado, ficando claro que o SICRO e SINAPI não devem ser utilizados sempre como se fossem uma tabela a ser adotada. Tal entendimento é reforçado no art. 8º indicando que, na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal podem adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.”.

(CAMPO 6) (ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DE PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS (PODERÃO CONSTAR DE ANEXO): Conforme planilha orçamentária.

(CAMPO 7) (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS, QDO FOR O CASO): Não se aplica

(CAMPO 8) (JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO): Não será preciso o parcelamento da contratação, uma vez que para a execução da obra é necessário apenas uma contratada.

(CAMPO 9) (DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS): A pesquisa de preços adotada para contratação demonstra e justifica o valor do objeto que pretende contratar, objetivando a economicidade.



(CAMPO 10) (PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES QUE DEVEM SER ADOTADAS, EM PARALELO, NO TOCANTE À OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO): Não se aplica.
(CAMPO 11) (CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES, SE HOUVER): Não há a necessidade destes tipos de contratações.
(CAMPO 12) (DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS, SE FOR O CASO): Não se constata da solução proposta, impactos ambientais de maior monta ou significativo que implique na tomada de providências de relevância.
(CAMPO 13) (POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA): A conclusão desta obra irá proporcionar maior resistência, durabilidade e segurança para a área, inibindo complicações, como o intemperismo.
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL ELABORADOR DO ETP, LOCAL E DATA:
Hiroiti Goto Pereira Barreto – SP, 11 de julho de 2024.

Anexo XI

Documento de Formalização de Demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Setor: SETOR DE OBRAS E ENGENHARIA

Responsável pela Demanda: Hiroiti Goto

cargo: Engenheiro Civil

E-mail: engenharia@pereirabarreto.sp.gov.br

Telefone: (18) 3704-8571

Objeto: CONCRETAGEM DO PISO DA ÁREA EXTERNA DA ASSOCIAÇÃO 4 PATAS, SITUADA NA RUA PARÁ – JARDIM PARAÍSO – PEREIRA BARRETO – SP.

Justificativa da necessidade da contratação:

Trata-se da obra para execução de concretagem do piso da área externa da Associação 4 patas, situada na Rua Pará – Jardim Paraíso – Pereira Barreto – SP, com a finalidade de proporcionar maior resistência, durabilidade e segurança para a área, inibindo complicações, como o intemperismo.

Documentos Anexos: Planilha orçamentária, cronograma, memorial descritivo, planta baixa, composição do BDI, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar.

Fundamentação Legal:

A contratação ocorrerá por meio de licitação, art. 46, Inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

II - Empreitada por preço global;

Ficha pela qual ocorrerá a despesa:

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

02 EXECUTIVO

02 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLI

021501 DEPARTAMENTO DE CONTROLE E MANUT. BENS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infra-Estrutura Urbana

15 451 0014 Obras Publicas - Infraestrutura

15 451 0014 1072 0000 Constr. Reforma e Ampliação Bens Públicos

758	4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	240.000,00	0,00	290.000,00
	0.01.00 110.000 GERAL	0,00			290.000,00
		0,00			290.000,00
Total orçamentário		50.000,00	240.000,00	0,00	290.000,00
		0,00			290.000,00
		0,00			290.000,00
Total geral		50.000,00	240.000,00	0,00	290.000,00
		0,00			290.000,00
		0,00			290.000,00

Observações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

Descrições e quantidades

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	Placa em lona com impressão digital e estrutura em madeira	M2	6,00
2.0	PISO EXTERNO EM CONCRETO		
2.1	Demolição manual de concreto simples	M3	1,05
2.2	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	269,00
2.3	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M3	538,00
2.4	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	27,14
2.5	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	27,14
2.6	Cimentado despenado e alisado (queimado)	M2	538,00
3.	TANQUE PARA BANHO DE ANIMAIS		
3.1	Demolição manual de concreto simples	M3	0,20
3.2	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	M2	7,60
3.3	Chapisco	M2	15,20
3.4	Emboço comum	M2	15,20
3.5	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	0,14
3.6	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	0,14
3.7	Revestimento em placa cerâmica esmaltada, tipo monoporosa, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	9,80
3.8	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	2,00
4.0	HIDRÁULICA		
4.1	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	75,00
4.2	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	6,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

4.3	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	53,20
4.4	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	M	39,00
4.5	Grelha em alumínio fundido para caixas e canaletas - linha comercial	M2	7,80
4.6	Caixa sifonada de PVC rígido de 250 x 230 x 75 mm, com tampa cega	UN	2,00
4.7	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4"	UN	3,00
5.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
5.1	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	4,00

Prazo de Entrega/ Execução: 120 dias

Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Setor de Obras, Hiroiti Goto

Prazo para pagamento: 30 Dias

FISCAL(S) OPERACIONAL DO CONTRATO:

Hiroiti Goto CREA: 0601818029

Kiyoshi Madokoro CREA: 0601273479

Hiroiti Goto
Engenheiro Civil
Crea: 0601818029

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Anexo XII

Característica da Obra



Pereira Barreto / SP, 11 de julho de 2024.

Ao
Setor de Licitação
Estância Turística de Pereira Barreto/SP.

Assunto: Caracterização do tipo de obra.

Informamos para os devidos fins, que a obra de **CONCRETAGEM DO PISO DA ÁREA EXTERNA DA ASSOCIAÇÃO 4 PATAS, SITUADO NA RUA PARÁ – JARDIM PARAÍSO – PEREIRA BARRETO – SP**, enquadra-se como obras e serviço comum de engenharia, por não exigir etapas e serviços complexos em sua execução.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de elevada estima e distinta consideração.

Hiroiti Goto
Engenheiro Civil
CREA: 0601818029

Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Cel. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-000
Tel. (18)3704-8500

Anexo XIII

Mapa de Risco



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA DE RISCO

1- Dados do Processo:

Objeto:

Obra para Concretagem do piso da área externa da Associação 4 patas, situado na Rua Pará – Jardim Paraíso – Pereira Barreto – SP.

2- Fase de Análise:

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3- Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01:	Elaboração do projeto com erros		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alto
Dano(s): Dificuldade de execução do objeto.			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Revisar o projeto.			Secretaria de Obras
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Corrigir eventuais erros.			Secretaria de Obras

Risco 02:	Elaboração do Memorial Descritivo Inadequado		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alto
Dano(s): Execução inadequada do projeto.			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Elaborar o Memorial Descritivo conforme especificações do projeto sendo revisado pela secretaria interessada pela obra.			Secretarias Diversas
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Corrigir eventuais falhas no Memorial descritivo.			Secretarias Diversas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

Risco 03:		Indisponibilidade Financeira	
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alto
Dano(s):			
A não contratação do objeto licitado			
Ação(ões) Preventiva(s):			
Planejamento financeiro para Contratações			
Responsável:	Secretaria de Finanças		
Ação(ões) de Contingência:			
Responsável:	Secretaria de Finanças		
Reprogramação de Planejamento financeiro			
Responsável:	Secretaria de Finanças		

Risco 04:		Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato	
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alto
Dano(s):			
Impossibilidade de execução ou execução da obra com atrasos. Baixa qualidade de execução.			
Ação(ões) Preventiva(s):			
Exigência de acervo técnico dos itens relevantes do projeto.			
Ação(ões) de Contingência:			
Responsável:	Agente de Contratação e Equipe de Apoio		
Desabilitação das empresas que não comprovar o acervo técnico.			
Responsável:	Agente de Contratação e Equipe de Apoio		

4 - Fase de Análise:

GESTÃO / EXECUÇÃO DO OBJETO

5 - Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01:	Atraso para início da obra		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alto
Dano(s):			
Menor tempo disponível pela Contratada para a execução do objeto.			
Ação(ões) Preventiva(s):			
Responsável:	Setor de Obras		
Assinatura da ordem de serviço somente após o terreno estar liberado para o início da obra.			
Ação(ões) de Contingência:			
Responsável:	Setor de Obras		
Notificar a Contratada solicitando o início da obra			
Responsável:	Setor de Obras		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Risco 02:	Atraso na entrega de materiais e insumos		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alto
Dano(s): Atraso para conclusão da obra.			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Planejamento de compra dos materiais necessários para a execução da obra com fornecedores.			Contratada
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Pesquisar os materiais mais significativos para a execução da obra com vários fornecedores.			Contratada

Risco 03:	Falta de recursos financeiros para pagamento das medições		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alto
Dano(s): Dificuldade para manter a execução da obra pela contratada, causando atraso na conclusão do objeto.			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Planejamento Financeiro			Secretaria de Finanças
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Reservar os recursos com antecedência.			Secretaria de Finanças

Risco 04:	Necessidade da execução de serviços não previstos em projeto.		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alto
Dano(s): Aumento nos custos para a execução do objeto.			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
A Secretaria solicitante deverá solicitar com detalhes todos os serviços e alterações necessárias que deverão estar presentes no projeto.			Secretaria Demandante
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Após conclusão do projeto a Secretaria solicitante deverá revisá-lo a fim de verificar a presença de todas as intervenções solicitadas. Caso haja algum serviço ausente o projeto será corrigido e encaminhado para a apreciação.			Secretaria Demandante

6 - Responsáveis pela elaboração do Mapa de Risco:



Declaro, para devidos fins, que a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, são responsáveis pela elaboração do presente documento, através dos seus representantes abaixo assinalados, e que os valores de estimativa de preço foram obtidos com a Secretaria demandante, conforme documentos anexos a este.

Estância Turística de Pereira Barreto, 11 de julho de 2024.

Anexo XIV

Composição do BDI



Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Cel. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-000
Tel. (18)3704-8500

DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

Prefeitura do Município de Pereira Barreto

Data da Elaboração: 1 abril, 2024

CONCRETAGEM DO PISO DA ÁREA EXTERNA DA
ASSOCIAÇÃO 4 PATAS, SITUADO NA RUA PARÁ - JARDIM
Objeto: PARAÍSO - PEREIRA BARRETO - SP

COMPOSIÇÃO DO BDI		
ITENS	DESCRIÇÃO	%
AC	Administração Central	0,17%
S	Seguros	0,32%
R	Riscos	0,50%
G	Garantias	0,00%
DF	Despesas Financeiras	0,15%
L	Lucro/Remuneração	5,00%
I	Impostos/tributos	7,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	4,00%
	Contribuição Previdenciária	0,00%
Taxa do BDI (%)		15,00%

Declaramos sob pena da Lei que a alternativa adotada pela Prefeitura do Município de Pereira Barreto é SEM Desoneração e que esta é a mais vantajosa para a Administração Pública.

Resp. Téc: Hiroiti Goto
CREA: 0601818029

Anexo XV

Cronograma Físico-Financeiro



Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto
Av. Cel. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP 15.370-000
Tel. (18)3704-8500

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

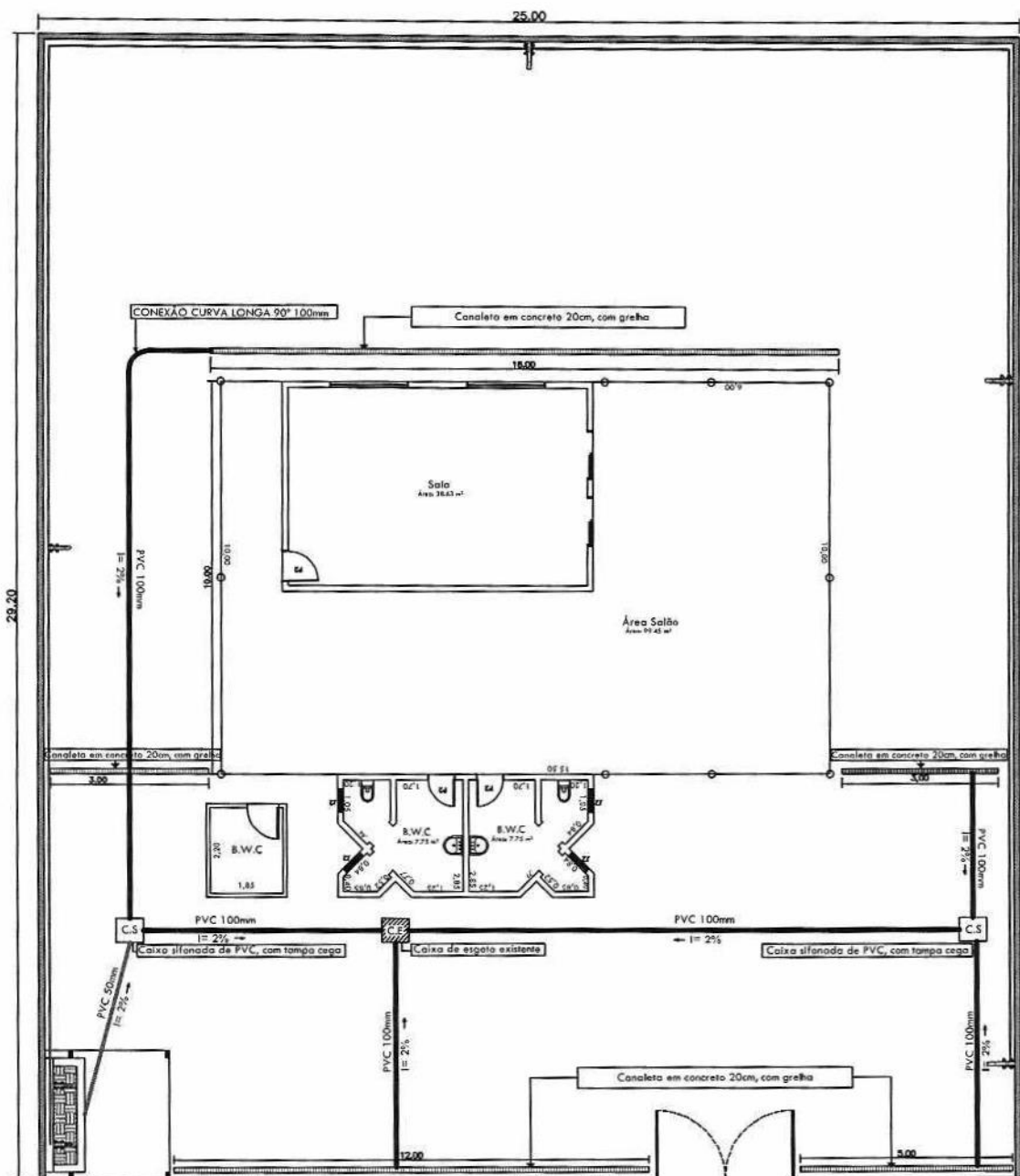
Obra: ASSOCIAÇÃO 4 PATAS - CONCRETAGEM PISO DA ÁREA EXTERNA
Local: RUA PARÁ, S/N, Jardim Paraíso, Pereira Barreto - SP
Fonte: CDHU 193 (sem desoneração) / SINAP - REF: FEV/2024

BDI:	15,00%
-------------	--------

Item	Serviços	Mês 0	Mês 01 30	Mês 02 60	Mês 03 90	Mês 04 120	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	1.142,70				100,00%
							1.142,70
2.0	PISO EXTERNO EM CONCRETO	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%
			9.451,26	9.451,26	9.451,26	9.451,26	37.805,02
3.0	TANQUE PARA BANHO DE ANIMAIS	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%
			558,53	558,53	558,53	558,53	2.234,12
4.0	HIDRÁULICA	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%
			4.805,56	4.805,56	4.805,56	4.805,56	19.222,22
5.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%
			106,90	106,90	106,90	106,90	427,60
TOTAL:			16.064,94	14.922,24	14.922,24	14.922,24	60.831,66
COM BDI:			18.474,68	17.160,58	17.160,58	17.160,58	69.956,41

Anexo XVI

Projeto Hidráulico



Canaleta em concreto 20cm, com grelha



Torneira curta com rosca de uso geral



Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4")



Tubo de PVC rígido branco PxB linha esgoto série normal, DN= 50 mm



Tubo de PVC rígido branco PxB linha esgoto série normal, DN= 100 mm

OBRA			FOLHA
ASSOCIAÇÃO 4 PATAS			
ASSUNTO			
PROJETO HIDRAULICO —			
LOCAL			01/02
RUA PARÁ, S/N, Jardim Paraíso, Pereira Barreto — SP			
DESENHO: —	ESCALAS: — S/E	ÁREA: —	DATA: — 01/04/2024

Anexo XVII

Piso em Concreto

Anexo XVIII

Norma Interna de Segurança do Trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Norma Interna de Segurança do Trabalho PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

OBJETIVO

Estabelecer Procedimento de Segurança do Trabalho a serem cumpridas por Empresas Contratadas para executar serviços de qualquer natureza nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**.

INTRODUÇÃO

O presente Regulamento aplica-se a todas as atividades de Demolição, Construção, Montagem, Manutenção, Pintura, Limpeza e outras que envolvam serviços de terceiros ou firmas subcontratadas pela contratada principal, a qual cabe a responsabilidade pelo cumprimento integral deste Regulamento.

1. PROCEDIMENTO INICIAL

O Departamento de Manutenção Predial/Obras ou Departamento de Serviços Gerais deverão, quando da contratação dos serviços, inserir no contrato o presente regulamento. Além de providenciar da Empresa Contratada o preenchimento dos **Anexos I, II, III e IV**, envia-los ao Departamento de Segurança do Trabalho.

Antes de iniciar os trabalhos, todos os terceiros deverão receber instruções gerais de segurança, cabendo ao responsável Prefeitura pela contratação, a incumbência de envia-los ao Departamento de Segurança do Trabalho que ministrará as referidas instruções.

O Responsável **Prefeitura** pela contratação, deverá avisar o Departamento de Segurança do Trabalho, com pelo menos 2 dias de antecedência, sobre essa programação.

O Departamento de Manutenção Predial/Obras ou Departamento de Serviços Gerais deverão, quando da contratação dos serviços, designar um funcionário da Manutenção para acompanhamento dos trabalhos, principalmente, quando estes trabalhos forem nos finais de semana ou feriado.

2. COMPROMISSO DA CONTRATADA

A contratada assume toda e qualquer responsabilidade pelos danos, e demais acidentes que seus empregados por ventura sofrerem, além de serem obrigados a cumprir este regulamento, e as Normas Regulamentadoras da Portaria 3.214 de 08 de Junho de 1.978 e suas alterações.



Norma Interna de Segurança do Trabalho
PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

3. PENALIDADES

O não cumprimento de qualquer cláusulas, sujeitará a Contratada à suspensão de seus trabalhos e à aplicação de multa de 2% do valor do contrato por dia.

4. NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

4.1 ACIDENTES DO TRABALHO E ATUAÇÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO 4.1.1

O atendimento, e o transporte de acidentados empregados da contratada, será de total responsabilidade da mesma.
4.1.2 Todos os acidentes ocorridos nas dependências da Prefeitura, deverão ser imediatamente comunicados ao Departamento de Segurança do Trabalho.
4.1.3 A contratada deverá informar ao Departamento de Segurança do Trabalho da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO** sobre o seu convênio Acidentes do Trabalho, para possibilitar o socorro aos Acidentados.

4.2 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.2.1 A contratada cabe a responsabilidade de fornecer os E.P.I's, que forem necessários para o desempenho de cada atividade específica, devendo o equipamento estar em boas condições de utilização, e atender às exigências da Norma Regulamentadora N° 06 (NR-06).
4.2.2 A contratada deverá atender as recomendações do responsável pela contratação e do Departamento de Segurança do Trabalho, quanto à utilização de E.P.I's, caso contrário estará sujeita à paralisação dos trabalhos.
4.2.3 Os empregados da contratada, deverão trabalhar uniformizados, com roupas profissionais contendo o nome da Empresa.

4.3 ANDAIMES

4.3.1 Os andaimes devem atender aos moldes da NR-18, cumprindo também o definido pela NR-35.
Demais especificações a respeito de Andaimes deverão ser obedecidas conforme Norma Regulamentadora N.º 18(NR-18).



Norma Interna de Segurança do Trabalho PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

4.4 SERVIÇOS EM LOCAIS ELEVADOS

- 4.4.1 Todo e qualquer trabalho a ser executado pela contratada, só poderá ser iniciado após prévia autorização conjunta do Departamento de Segurança do Trabalho, com o responsável da **Prefeitura** pela contratação.
- 4.4.2 O local deverá ser sinalizado através de placas indicativas e ser feito um isolamento para prevenir acidentes com transeuntes ou pessoas que estejam trabalhando sob as outras.
- 4.4.3 O Cinto de Segurança (modelo pára-quedista com no mínimo 3 pontos de ancoragem, talabarte em "Y" co absorvedor de impacto) é condição básica para trabalhos em altura, não sendo permitido em hipótese alguma a exceção de serviços sem a utilização do referido equipamento.

4.5 TRABALHOS SOBRE TELHADOS

- 4.5.1 Não são permitidas execuções de trabalhos com subidas em telhados, nos dias que estejam chovendo ou com telhas molhadas.
- 4.5.2 Somente pessoas treinadas e preparadas podem executar trabalhos em telhados, sendo obrigatória a utilização de tábuas como passadiço e Cinto de Segurança (modelo pára-quedista) devidamente ancorado em linha de vida.

4.6 INSTALAÇÕES OU MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PNEUMÁTICOS OU HIDRAULICOS;

- 4.6.1 Instalações elétricas temporárias, deverão ser vistoriadas e aprovadas pela manutenção elétrica da Prefeitura.
- 4.6.2 Todo equipamento elétrico que não estiver sendo usado deverá ser desligado.
- 4.6.3 Máquinas e Equipamentos em geral devem ser ligados por intermédio de conjunto PLUG TOMADA.
- 4.6.4 Fios elétricos não podem conter emendas, devendo cada extensão ou seção ser um segmento único.
- 4.6.5 Todo e qualquer serviço em equipamento, máquinas, etc...deverá ser realizado em situação de energia zero, ou seja, elétrico, pneumático, hidráulico, mecânico, etc..
- 4.6.6 As ligações e interrupções de energia, deverão ser feitas assegurando-se que não haverá risco de acidentes com pessoas desavisadas, deverão ser utilizados cartões de bloqueio, e sinalização adequada.



Norma Interna de Segurança do Trabalho
PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

4.6.7 As recomendações sobre instalações e serviços em eletricidade não constantes nesta, deverão ser basear-se nas Normas Regulamentadoras N.º 10 e N.º 18 (NR-10 e NR-18) da Portaria 3.214 de 08 de Junho de 1.978 e NBR 5410 DA ABNT.

4.7 MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

4.7.1 Todas as máquinas, equipamentos e ferramentas, estacionários ou portáteis, deverão possuir os princípios básicos de segurança do trabalho no que se refere a capacidade e funcionamento, compatíveis com o volume e o tipo de serviço.

4.7.2 As máquinas e os equipamentos deverão conter proteções adequadas para evitar o contato com suas partes móveis, ou ainda impedir a projeção de fragmentos.

4.7.3 As máquinas só podem ser operadas por pessoas habilitadas e treinadas.

4.7.4 Toda e qualquer ligação de ferramentas ou equipamentos pneumáticos no sistema de ar comprimido, só será permitida mediante autorização do pessoal especializado da **Prefeitura**.

4.7.5 Referente as mangueiras para utilização em equipamentos pneumáticos, estas deverão estar em bom estado de conservação e compatíveis com a pressão utilizada, devendo ser providas de terminais e engates para evitar solturas acidentais.

4.7.6 Equipamentos de tração e de elevação deverão necessariamente ser compatíveis à capacidade e a exigência do trabalho.

4.8 PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A Empresa contratada, deverá observar as medidas de prevenção contra incêndio, conforme segue:

4.8.1 Equipamentos que apresentem riscos de explosão ou incêndio, como por exemplo: Cilindros de Acetileno, Oxigênio, Hidrogênio, etc..., deverão ser identificados de maneira clara quanto ao conteúdo.

4.8.2 Serviços de solda, magaricos e demais serviços que impliquem na elevação de temperatura deverão ser feitos após aprovação do Departamento de Segurança do Trabalho **PREFEITURA**.

4.9 OPERAÇÕES COM APARELHOS DE SOLDA

4.9.1 Os serviços de solda e corte, deverão ser executados por soldadores habilitados com conhecimento das recomendações de segurança.

Mangueiras de Oxigênio e Acetileno, deverão estar de acordo com as especificações técnicas e nas cores:



Norma Interna de Segurança do Trabalho PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

Oxigênio: Verde

Acetileno: Vermelho

- 4.9.3 As mangueiras deverão ter um dispositivo de impedimento de retrocesso de chama, instalado o mais próximo possível do maçarico.
- 4.9.4 Os cilindros em uso deverão ser mantidos em posição vertical e presos de modo que não possam cair. O conteúdo dos cilindros não deve ser usado sem o regulador de pressão, com regulador de pressão com manômetro em más condições ou para outro fim que não seja para solda e corte a maçarico.
- 4.9.5 Os cilindros deverão ser mantidos longe das chamas e faíscas e deverão ainda ser transportados na posição vertical.
- 4.9.6 Os cilindros de Oxigênio e Acetileno quando em estoque, devem ser mantidos separados por parede de material incombustível.

4.10 ESCAVAÇÕES

- 4.10.1 Escavações, perfurações e cravação de estacas, devem ser iniciadas após prévia autorização da manutenção Prefeitura, para evitar acidentes com danificação de instalações subterrâneas, que eventualmente possam existir na área em obra.
- 4.10.2 A sinalização, a obstrução e a proteção adequada, deverão ser providenciadas pela contratada quando executar escavações abertas.
- 4.10.3 A contratada deverá verificar previamente as instalações da Prefeitura, e as áreas vizinhas do local onde serão feitas as escavações e certificar-se do estado para execução segura do trabalho.

4.11 VEÍCULOS DE TRANSPORTE

- 4.11.1 Não é permitido o transporte de pessoas em qualquer veículo de carga ou transporte, como: Empilhadeira, Guindaste, etc.
- 4.11.2 Não é permitida o transporte de materiais ou equipamentos na carroceria de caminhões com grades abaixadas.

4.12 ACOMODAÇÕES E ÁREAS DE TRABALHO

- 4.12.1 As instalações provisórias destinadas a acomodação de pessoal, refeitório, sanitários, deverão ser inspecionadas pelo Departamento de Segurança da **Prefeitura**, para verificação das condições de higiene e segurança dos usuários, antes do início e durante a utilização.



Norma Interna de Segurança do Trabalho
PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

- 4.12.2 Todos os equipamentos, ferramentas e materiais da contratada serão de sua inteira responsabilidade, ficando a **Prefeitura**, isenta de responsabilidade quanto a eventuais desaparecimentos, roubos, arrombamentos, etc., que possam ocorrer.
- 4.12.3 A contratada sempre que solicitada pelo Departamento de Segurança da Prefeitura, deverá isolar a área na qual trabalha, com tapumes ou outro meio, como forma de evitar riscos adicionais aos funcionários da Prefeitura.
- 4.12.4 A contratada deverá manter as áreas de trabalho ordenadas, arrumadas e limpas, de modo que não propicie riscos de acidentes.
- 4.12.5 Todos os casos que não estiverem contidos neste, deverão ser analisados e resolvidos em conjunto pelo Departamento de Segurança do Trabalho, Departamento de Manutenção/Obras Departamento de Serviços Gerais **Prefeitura e a Contratada.**

OBSERVAÇÕES GERAIS

- NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA A ENTRADA DE PESSOAS ALCOOLIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA **PREFEITURA.**
- O ACESSO DA CONTRATADA SERÁ RESTRITO SOMENTE A ÁREA FÍSICA CONTRATADA PELA **PREFEITURA**, NÃO PODENDO HAVER FLUXO DE PESSOAS PARA OUTRAS ÁREAS.
- A ORDEM, ARRUMANÇAÇÃO E LIMPEZA SÃO ITENS FUNDAMENTAIS QUE DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Norma Interna de Segurança do Trabalho PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS	
PPRA	Contemplando todas as funções envolvidas no serviço
LTCAT	Contemplando todas as funções envolvidas no serviço
PCMSO	Contemplando todas as funções envolvidas no serviço
Ordem de Serviço	De todos os funcionários ligados à obra
Ficha de EPI	De todos os funcionários ligados à obra
ASO – Contendo todos os Exames específicos complementares de acordo com o PCMSO.	De todos os funcionários ligados à obra
Ficha de Registro	De todos os funcionários ligados à obra
Comprovante de Recolhimento de impostos ref. aos Trabalhadores	De todos os funcionários ligados à obra
Para as empresas ligadas à Construção Civil, apresentar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção – NR-18	De todos os funcionários ligados à obra (somente em obras que abrigarem mais de 20 trabalhadores).
Treinamentos Específicos	
Trabalho em Altura – NR-35	De todos os funcionários que realizarão a referida atividade
Espaços Confinados – NR-33	De todos os funcionários que realizarão a referida atividade
EPI – NR-6	Para todos os funcionários ligados à obra
Serviços de Solda e Corte a Quente	De todos os funcionários que realizarão a referida atividade
Serviços com Eletricidade – NR-10	De todos os funcionários que realizarão a referida atividade
Primeiros Socorros e Responsável pela segurança do trabalho	Pelo menos um funcionário (encarregado ou Líder).



**Norma Interna de Segurança do Trabalho
PARA PRESTADORES DE SERVIÇO**

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO SOBRE SEGURANÇA DO TRABALHO

NOME DA EMPRESA: _____

Concorda e obriga-se a cumprir na sua totalidade as presentes Normas de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes na **PREFEITURA**. Este compromisso não exclui o cumprimento de Normas Regulamentadoras (Portaria N.º 3.214/78 e seus anexos e alterações) editadas pelo Ministério do Trabalho.

DATA: ____/____/____

ASSINATURA/CARIMBO _____

NOME LEGÍVEL/CARGO NA EMPRESA _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Norma Interna de Segurança do Trabalho PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

ANEXO II

INFORMAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA PARA FINS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	TEL.:	CIDADE:
TRABALHO A SER REALIZADO		
DESCRIÇÃO RESUMIDA:		
DATA INÍCIO:		PREVISÃO DE TÉRMINO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:		
EPI's A SEREM UTILIZADOS:		
SERVIÇO MÉDICO CONVENIADO PARA ATENDIMENTO DE ACIDENTES DO TRABALHO OU URGÊNCIAS CLÍNICAS		
HOSPITAL:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	TELEFONE:	CIDADE:

NOTA:

- A empresa Contratada deverá informar ao Departamento de Segurança do Trabalho, sobre qualquer alteração nas informações aqui contidas.
- E de responsabilidade da Contratada informar das eventuais sub-empreiteiras, bem como o correto preenchimento dos anexos I, II, III e IV.

DATA:

CARIMBO E ASSINATURA



Norma Interna de Segurança do Trabalho
PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaramos ser de nossa total e exclusiva responsabilidade, todo e qualquer acidente do trabalho que por ventura vier a ocorrer com nossos empregados e/ou subcontratados abaixo discriminados, em serviços na **Prefeitura Municipal de Pereira Barreto**, situada na Av. Jonas Alves de Mello, 1947 – CEP.: 15.370-000, Pereira Barreto – SP., inclusive os acidentes de trajeto ou doenças ocupacionais.

RELAÇÃO DOS EMPREGADOS OU SUBCONTRATADOS

NOME	FUNÇÃO	RG	CTPS	SÉRIE

Declaramos ter recebido nesta data o Regulamento Interno para Prestadores de Serviços na **Prefeitura Municipal de Pereira Barreto**, para uso de empreiteiras e demais prestadores de serviços, assim como nos responsabilizamos pelo cumprimento de todos os preceitos estabelecidos na Consolidação da Leis do Trabalho e Legislação Suplementar.

DATA: ____/____/____

NOME DA EMPRESA

ENCARREGADO DE SERVIÇO NA OBRA CONTRATADA

RESPONSÁVEL PREFEITURA DE PEREIRA BARRETO
PELA CONTRATAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇO

